



Boletim nº 217 - 18/9/2019

Diretoria Executiva de Gestão da Informação Documental - DIRGED

Este boletim consiste na seleção periódica de julgados do Órgão Especial, da Seção Cível, das Câmaras Cíveis e Criminais do TJMG. Apresenta também decisões e súmulas provenientes dos Tribunais Superiores.

As decisões tornam-se oficiais somente após a publicação no *Diário do Judiciário*. Portanto, este boletim tem caráter informativo.

SUMÁRIO

Órgão Especial do TJMG

Ação direta de inconstitucionalidade - Lei que estabelece normas de segurança, manutenção, inclusão e acessibilidade em brinquedos de parques infantis e academias ao ar livre - Constitucionalidade

Incidente de arguição de inconstitucionalidade - Lei do Município de Belo Horizonte - Estabelece limites máximos para instalação de mobiliário urbano - Constitucionalidade

Incidente de arguição de inconstitucionalidade - Lei que autoriza utilização de máquinas, veículos e operadores do município em propriedades rurais particulares - Inconstitucionalidade

Ação direta de inconstitucionalidade - Lei que institui o Sistema de Comunicação e Cadastro de Pessoas Desaparecidas - Constitucionalidade

Câmaras Cíveis do TJMG

Indenização - Dano moral - Compra e venda pela internet - Descumprimento contratual - Descabimento

Responsabilidade civil - Concessionária de serviço público - Iluminação pública - Curto-circuito - Culpa exclusiva da vítima

Mandado de segurança - Transporte intermunicipal de passageiro - DEER/MG - Poder de polícia - Apreensão de veículo - Penalidade - Inconstitucionalidade - Inaplicabilidade

Compra e venda de imóvel - Corretagem - Comissão - Transferência da obrigação para o consumidor - Possibilidade - Direito de regresso contra a construtora



Ação civil pública - Direito ambiental - Construção em área de preservação permanente - Ocupação antrópica consolidada - Impossibilidade de demolição

IPTU - Tombamento - Isenção - Princípio da não surpresa

Câmaras Criminais do TJMG

Crimes de trânsito - Artigo 306 do CTB - Condenação - Artigo 309 do CTB - Carteira Nacional de Trânsito - Habilitação vencida - Atipicidade

Roubo - Palavra da vítima - Corrução de menores - Delito formal - Prova - Condenação

Violação de domicílio - Lei 11.340/06 - Dolo específico - Absorção - Crime-fim

Crime contra a ordem tributária - Suspensão da pretensão punitiva - Acordo para pagamento de tributos - Homologação - Implicação na esfera penal

Superior Tribunal de Justiça

Recursos Repetitivos

Promessa de compra e venda de unidade imobiliária. Contrato anterior à Lei nº 13.786/2018. Resolução imotivada pelo promitente comprador. Devolução de valores pagos. Cláusula penal. Pedido de alteração. Sentença constitutiva. Juros de mora. Termo inicial. Trânsito em julgado. Tema 1002.

Corte Especial

União estável homoafetiva. Ajuizamento de ação penal privada por companheira. Legitimidade. *Status* de cônjuge. Interpretação extensiva. Art. 3º c/c art. 24, § 1º, do CPP.

EMENTAS

Órgão Especial do TJMG

Processo cível - Direito constitucional - Ação direta de inconstitucionalidade

Ação direta de inconstitucionalidade - Lei que estabelece normas de segurança, manutenção, inclusão e acessibilidade em brinquedos de parques infantis e



academias ao ar livre - Constitucionalidade

Ementa: Ação direta de inconstitucionalidade. Lei do Município de Poço Fundo que determina que a Administração Pública vistorie, anualmente, e realize, semestralmente, manutenção preventiva nos parques infantis e academias ao ar livre.

- O Tribunal de Justiça de Minas Gerais possui competência para o controle concentrado de constitucionalidade de lei municipal apenas em face de preceitos da Constituição Estadual, não podendo invocar outros dispositivos legais para fundamentar a invalidade da norma jurídica impugnada.

- Nos termos do entendimento do Supremo Tribunal Federal manifestado no julgamento do ARE 878911, com repercussão geral reconhecida, "não usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração Pública, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos" [Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.0000.18.055625-0/000](#) - Comarca de Poço Fundo - Requerente: Prefeito Municipal de Poço Fundo - Renato Ferreira de Oliveira - Requerido: Câmara Municipal de Poço Fundo - (TJMG - Ação Direta de Inconstitucionalidade 1.0000.18.055625-0/000, Rel. Des. Luiz Artur Hilário, Órgão Especial, j. em 3/9/2019, p. em 4/9/2019).

Processo cível - Direito constitucional - Incidente de arguição de inconstitucionalidade

Incidente de arguição de inconstitucionalidade - Lei do Município de Belo Horizonte - Estabelece limites máximos para instalação de mobiliário urbano - Constitucionalidade

Ementa: Incidente de arguição de inconstitucionalidade. Art. 64, IV, *a*, da Lei nº 8.616/03. Código de Posturas do Município de Belo Horizonte. Instalação de mobiliário urbano. Limites máximos. Poder de polícia. Discricionariedade. Incidente rejeitado.

- O art. 64, IV, *a*, da Lei nº 8.616/03, que tão somente estabelece limites máximos para a instalação de mobiliário urbano em passeios públicos, não viola normas constitucionais, precipuamente diante da atividade fiscalizatória de poder de polícia da municipalidade (TJMG - [Arguição de Inconstitucionalidade nº 1.0024.10.204209-0/008](#), Rel.^a Des.^a Márcia Milanez, Órgão Especial, j. em 3/9/2019, p. em 6/9/2019).

Processo cível - Direito constitucional - Incidente de arguição de inconstitucionalidade

Incidente de arguição de inconstitucionalidade - Lei que autoriza utilização de máquinas, veículos e operadores do município em propriedades rurais particulares - Inconstitucionalidade



Ementa: Incidente de inconstitucionalidade. Art. 7º da Lei nº 312/11, do Município de Piedade de Caratinga. Cessão de máquinas e operadores do município para atendimento em propriedades rurais particulares. Inexistência de previsão legal. Convalidação por lei posterior. Impossibilidade. Incidente acolhido.

- Revela-se inconstitucional, por atentar contra o princípio da moralidade administrativa encartado no art. 37, *caput*, da Constituição da República, o art. 7º da Lei nº 312/11, do Município de Piedade de Caratinga, haja vista que, contrariando o interesse público, visou convalidar atos manifestamente ilegais, atendendo exclusivamente aos interesses do então Prefeito Municipal responsável pela prática destes - notadamente quando promulgado o dispositivo ainda no curso do mandato do Alcaide e num contexto em que já instaurado inquérito civil por parte do Ministério Público para apuração de possível improbidade administrativa. (TJMG - [Arguição de Inconstitucionalidade nº 1.0134.12.003010-8/003](#), Rel. Des. Belizário de Lacerda, Órgão Especial, j. em 29/8/2019, p. em 6/9/2019).

Processo cível - Direito constitucional - Ação direta de inconstitucionalidade

Ação direta de inconstitucionalidade - Lei que institui o Sistema de Comunicação e Cadastro de Pessoas Desaparecidas - Constitucionalidade

Ementa: Ação direta de inconstitucionalidade. Município de Belo Horizonte. Lei Municipal nº 11.043/17. Obrigatoriedade de divulgação, nos estabelecimentos que indica, de cartaz que permita identificação de pessoas desaparecidas. Vício de iniciativa. Inocorrência. Competência concorrente. Representação inacolhida.

- Segundo escólio de Hely Lopes Meirelles, "Leis de iniciativa exclusiva do prefeito são aquelas em que só a ele cabe o envio do projeto à Câmara. Nessa categoria estão as que disponham sobre a criação, estruturação e atribuição das secretarias, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal; a criação de cargos, funções ou empregos públicos na Administração direta e autárquica, fixação e aumento de sua remuneração; o regime jurídico dos servidores municipais; e o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, os orçamentos anuais, créditos suplementares e especiais" (*Direito municipal brasileiro*. 15. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2006, p. 732-733).

- A matéria objeto da Lei nº 11.043/2017, do Município de Belo Horizonte, não se insere em nenhuma daquelas cuja iniciativa do projeto de lei recaia privativamente sobre o Chefe do Poder Executivo, limita a estabelecer a obrigatoriedade da divulgação, nos estabelecimentos que indica, de cartaz com fotos, nomes e dados que permitam identificação de pessoas desaparecidas, estabelecendo penalidade ao infrator.

- Consoante apregoado pela Excelsa Corte, "A iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume e nem comporta interpretação ampliativa, na medida em que, por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo, deve necessariamente derivar de norma constitucional explícita e inequívoca" (STF, Pleno, ADI-MC nº 724/RS, Relator Ministro Celso de



Mello, DJ de 27/4/2001).

- "Não usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração Pública, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos. (STF, ARE 878911 RG, Rel. Min. Gilmar Mendes, j. em 29/9/2016, processo eletrônico DJe-217 divulg 10/10/2016 public 11/10/2016) (TJMG - [Ação Direta de Inconstitucionalidade 1.0000.17.027751-1/000](#), Rel. Des. Belizário de Lacerda, Órgão Especial, j. em 29/8/2019, p. em 3/9/2019).

Câmaras Cíveis do TJMG

Processo cível - Direito civil - Indenização

Indenização - Dano moral - Compra e venda pela internet - Descumprimento contratual - Descabimento

Ementa: Remessa necessária e apelação. Apelação cível. Ação de indenização. Compra e venda pela internet. Não entrega da mercadoria. Dano extrapatrimonial. Inocorrência. Meros aborrecimentos. Sentença mantida.

- O fato de o negócio jurídico não ter se concretizado, frustrando a expectativa da parte autora, conquanto tenha causado inúmeros aborrecimentos, não configura constrangimento ofensivo capaz de lesar direito personalíssimo. A lesão extrapatrimonial emerge da dor, do vexame, da ofensa à honra e dignidade, que, fugindo à normalidade, interfere intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflição, angústia e desequilíbrio em seu bem-estar, que, no caso, não foram experimentados pela autora (TJMG - [Apelação Cível nº 1.0261.18.000419-2/001](#), Rel. Des. Amorim Siqueira, 9ª Câmara Cível, j. em 3/9/2019, p. em 13/9/2019).

Processo cível - Direito civil - Responsabilidade civil - Concessionária de Serviço Público

Responsabilidade civil - Concessionária de serviço público - Iluminação pública - Curto-circuito - Culpa exclusiva da vítima

Ementa: Apelação cível. Interesse de agir. Presença. Ação de reparação de danos. Curto circuito em poste de iluminação pública. Pedestre que se evadiu pela via pública. Atropelamento por ônibus. Responsabilidade civil da concessionária de energia. Não configuração. Culpa exclusiva da vítima. Reforma da sentença. Recurso conhecido e provido.

- O interesse de agir/processual decorre da necessidade e utilidade do processo e somente existirá quando a pretensão autoral puder ser alcançada pelo provimento jurisdicional.



- Se, na petição inicial da ação de reparação de danos, o autor alega que cabe à ré indenizá-lo pelos danos material e imaterial que sofreu em face de atropelamento, evidente seu interesse de agir.

- Se o pedestre, ao perceber curto-circuito em poste de iluminação pública que estava em seu caminho, escolhe evadir-se do local correndo pela via pública, ao invés de utilizar o passeio para tal fim, age com culpa exclusiva ao ser atropelado por ônibus, fato que afasta a responsabilidade civil da concessionária de energia elétrica de indenizá-lo.

- Recurso conhecido, preliminar rejeitada e mérito provido (TJMG - [Apelação Cível 1.0543.14.001091-8/001](#), Rel. Des. Vicente de Oliveira Silva, 10ª Câmara Cível, j. em 3/9/2019, p. em 13/9/2019).

Processo cível - Mandado de segurança - Transporte intermunicipal de passageiro

[Mandado de segurança - Transporte intermunicipal de passageiro - DEER/MG - Poder de polícia - Apreensão de veículo - Penalidade - Inconstitucionalidade - Inaplicabilidade](#)

Ementa: Apelação cível. Ação de mandado de segurança. Transporte intermunicipal de passageiros. DEER/MG. Fiscalização. Possibilidade. Apreensão de veículo. Penalidades previstas no art. 6º, II, e art. 7º da Lei estadual nº 19.445, de 2011. Inaplicabilidade. Inconstitucionalidade declarada pelo Órgão Especial. Direito líquido e certo parcialmente lesado. Recurso parcialmente provido.

- O Estado tem o poder-dever de fiscalizar todas as atividades lícitas e que envolvam o transporte de pessoas até mesmo para a segurança dos usuários.

- Portanto, não há como restringir o poder de polícia do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DEER/MG quanto ao transporte intermunicipal de passageiros.

- Tendo sido declarada inconstitucional a Lei estadual nº 19.445, de 2011, pelo Órgão Especial deste Tribunal, na Arguição de Inconstitucionalidade nº 1.0024.12.132317-4/004, a penalidade de apreensão veicular nela prevista demonstra-se inaplicável.

- Assim, o veículo não pode ser apreendido com fundamento nos dispositivos declarados inconstitucionais (art. 6º, II, e art. 7º da Lei estadual nº 19.445, de 2011), sob pena de lesão ao direito líquido e certo do administrado.

- Apelação cível conhecida e parcialmente provida para conceder em parte a segurança pleiteada (TJMG - [Apelação Cível 1.0000.18.045912-5/002](#), Rel. Des. Caetano Levi Lopes, 2ª Câmara Cível, j. em 10/9/2019, p. em 11/9/2019).

Processo cível - Direito civil - Contrato de corretagem



[Compra e venda de imóvel - Corretagem - Comissão - Transferência da obrigação para o consumidor - Possibilidade - Direito de regresso contra a construtora](#)

Ementa: Apelação cível. Ação regressiva de cobrança. Contrato de compra e venda de imóvel. Comissão de corretagem. Obrigação transferida ao consumidor. Cláusula declarada abusiva em processo anterior. Restituição realizada pela corretora. Ressarcimento pela construtora (contratante). Possibilidade. Recurso provido.

- De acordo com o posicionamento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp nº 1.599.511/SP, sob o rito dos recursos repetitivos, é válida a cláusula contratual que transfere ao promitente-comprador a obrigação de realizar o pagamento da comissão de corretagem nos contratos de compra e venda de unidade autônoma, desde que haja declaração expressa do preço de aquisição do bem e o valor a ser pago a título de comissão de corretagem.

- Se a transferência dessa obrigação ao consumidor foi declarada abusiva em processo anterior, ficando a imobiliária (corretora) condenada à restituição do indébito, deve ser reconhecido o direito de regresso desta em face da construtora (contratante), a fim de se garantir a remuneração pelos serviços efetivamente prestados. Precedentes (TJMG - [Apelação Cível nº 1.0000.19.091842-5/001](#), Rel. Des. Marcos Lincoln, 11ª Câmara Cível, j. em 11/9/2019, p. em 12/9/2019).

Processo cível - Direito ambiental - Ação civil pública - Área de preservação permanente

[Ação civil pública - Direito ambiental - Construção em área de preservação permanente - Ocupação antrópica consolidada - Impossibilidade de demolição](#)

Ementa: Apelação cível. Ação civil pública. Direito ambiental. Rancho construído em APP. Autorização do órgão competente. Ausência. Ocupação antrópica consolidada. Caracterização. Demolição. Impossibilidade.

- A Constituição da República de 1988 consagrou, em seu artigo 225, o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, atribuindo ao poder público e à coletividade a obrigação de defendê-lo e preservá-lo.

- Nos termos da Lei nº 14.309/2002, as construções erguidas em áreas de preservação ambiental, quando comprovada a ocupação antrópica consolidada, não podem ser destruídas, sendo vedada, contudo, novas obras com a consequente expansão da área construída, salvo se aprovada pelo órgão competente (TJMG - [Apelação Cível nº 1.0435.13.000183-5/001](#), Rel. Des. Leite Praça, 19ª Câmara Cível, j. em 5/9/2019, p. em 12/9/2019).

Processo cível - Direito tributário - IPTU - Isenção - Área tombada

[IPTU - Tombamento - Isenção - Princípio da não surpresa](#)



Ementa: Apelação cível. Tributário. Embargos à execução fiscal. Preliminares. Ausência de interesse processual. Nulidade da sentença. Princípio da não surpresa. Mérito. IPTU. Isenção. Imóvel situado no perímetro da Serra do Curral. Tombamento. Revisão. Homologação pelo prefeito municipal.

- O interesse de agir é requisito processual indispensável à instauração e ao prosseguimento da ação e tem por base a necessidade e a adequação do processo à obtenção de determinada tutela jurisdicional.

- A oportunização conferida às partes para debaterem tema sobre o qual se apoiou a decisão questionada desconstrói a tese de nulidade.

- A validação do cancelamento do tombamento depende da manifestação do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte e da homologação do Prefeito Municipal (TJMG - [Apelação Cível nº 1.0024.15.000126-1/001](#), Rel. Des. Carlos Henrique Perpétuo Braga, 19ª Câmara Cível, j. em 5/9/2019, p. em 12/9/2019).

Câmaras Criminais do TJMG

Processo penal - Direito penal - Crime de trânsito

[Crimes de trânsito - Artigo 306 do CTB - Condenação - Artigo 309 do CTB - Carteira Nacional de Trânsito - Habilitação vencida - Atipicidade](#)

Ementa: Apelação criminal. Artigos 306 e 309 do Código de Trânsito brasileiro. Absolvição quanto ao primeiro delito por insuficiência probatória. Impossibilidade. Materialidade e autoria demonstradas pela prova produzida em contraditório. Absolvição quanto ao segundo delito por atipicidade da conduta. Necessidade. Conductor com carteira nacional de habilitação vencida. Fato atípico. Substituição da pena privativa de liberdade por limitação de fim de semana. Inteligência do artigo 46 do Código Penal. Assistência judiciária gratuita. Reconhecimento. Acusado assistido por defensor dativo. Sobrestamento das custas processuais. Honorários advocatícios. Recurso parcialmente provido.

- A existência de provas produzidas em contraditório judicial a demonstrar, com segurança, que o réu praticou o delito previsto no artigo 306 do Código de Trânsito brasileiro demanda a manutenção da sentença condenatória proferida em primeiro grau.

- Para a configuração do crime do artigo 309 do Código de Trânsito brasileiro não se permite a equiparação da situação do conductor que deixou de renovar a habilitação com a condição daquele que nem sequer possui habilitação ou teve o direito de dirigir cassado, conduta esta prevista no tipo penal, revelando, assim, a atipicidade da conduta do réu.

- Aplicando-se pena privativa de liberdade em patamar igual ou inferior a seis meses, impõe-se a substituição da pena corporal por uma restritiva de direitos,



consistente em limitação de fim de semana, conforme disposição do artigo 46 do Código Penal.

- Reconhecida a hipossuficiência econômico-financeira do acusado, porquanto assistido por defensor dativo, faz este jus aos benefícios da justiça gratuita, sobrestando-se o pagamento das custas pelo prazo de cinco anos, conforme determinação do § 3º do artigo 98 da Lei nº 13.105/2015.

- Cabível a fixação de honorários advocatícios pela atuação em segunda instância a defensor dativo nomeado pelo juízo de origem (TJMG - [Apelação Criminal nº 1.0694.15.005816-2/001](#), Rel. Des. Glauco Fernandes, 2ª Câmara Criminal, j. em 5/9/2019, p. em 13/9/2019).

Direito processual penal - Direito penal - Roubo - Corrupção de menores

Roubo - Palavra da vítima - Corrupção de menores - Delito formal - Prova - Condenação

Ementa: Apelação. Roubo. Reconhecimento feito pela vítima. Valor probante. Corrupção de menores. Menoridade comprovada. Prova da corrupção. Prescindibilidade. Crime de adulteração de veículo automotor. Dúvidas em relação à autoria. Princípio do *in dubio pro reo*. Aplicabilidade.

- Em crimes cometidos sem a presença de testemunhas, como é o caso do roubo, a palavra da vítima, desde que se apresente segura, coesa e seja condizente com as demais provas dos autos, pode render ensejo à condenação, mesmo que o agente negue a prática do delito. Para a configuração do crime previsto no art. 244-B do ECA basta que o agente venha a praticar um crime na companhia de um menor, independentemente de prova da corrupção deste, haja vista se tratar de delito formal. Se não existe nos autos provas sólidas quanto ao fato de ter sido o agente o autor da adulteração da placa do veículo automotor, o único caminho é a absolvição, por força do princípio do *in dubio pro reo*.

V.v. Deve ser o apelante absolvido em relação à suposta corrupção de menor, uma vez que se ressentem autos de documento hábil a comprovar a idade do sujeito passivo do delito (TJMG - [Apelação Criminal nº 1.0079.18.012462-4/002](#), Rel. Des. Fernando Caldeira Brant, 4ª Câmara Criminal, j. em 4/9/2019, p. em 11/9/2019).

Processo criminal - Violação de domicílio - Violência doméstica

Violação de domicílio - Lei 11.340/06 - Dolo específico - Absorção - Crime-fim

Ementa: Apelação criminal. Violação de domicílio em período noturno no âmbito da Lei nº 11.340/06. Absolvição. Impossibilidade. Materialidade e autoria devidamente comprovadas. Ausência de dolo. Inocorrência. Recurso desprovido.

- Restando devidamente comprovadas nos autos a materialidade e a autoria do crime de violação de domicílio, diante das firmes e coerentes declarações prestadas pela vítima, as quais foram corroboradas pelas demais provas colhidas,



de rigor a manutenção da condenação firmada em primeira instância.

- O dolo no crime de invasão de domicílio consiste na mera vontade de ingressar ou permanecer na casa contra a vontade de quem de direito, não sendo necessária indagar qualquer finalidade última (dolo específico) - até mesmo porque, se existente qualquer outro propósito na ação (finalidade de se praticar outro delito), a conduta seria absorvida pelo crime-fim (TJMG - [Apelação Criminal nº 1.0487.17.003535-5/001](#), Rel. Des. Eduardo Machado, 5ª Câmara Criminal, j. em 10/9/2019, p. em 16/9/2019).

Processo criminal - Crime contra a ordem tributária - Suspensão da pretensão punitiva

[Crime contra a ordem tributária - Suspensão da pretensão punitiva - Acordo para pagamento de tributos - Homologação - Implicação na esfera penal](#)

Ementa: Apelação criminal. Crime contra a ordem tributária. Art.1º, II e V, da Lei nº 8.137/90. Suspensão da pretensão punitiva. Necessidade. Termo de acordo para pagamento de tributos em vias de ser homologado. Implicação na esfera penal. Decisão que poderá acarretar a extinção da punibilidade dos agentes. Inteligência da Lei nº 10.684/2003.

- Estando em vias de ser homologado o acordo firmado entre o Estado de Minas Gerais e um dos autores com a finalidade de extinguir o crédito tributário, deverá ser determinada a suspensão da pretensão punitiva estatal, por existir o entendimento encampado pelo Supremo Tribunal Federal no sentido de que o pagamento integral do débito a qualquer tempo é causa de extinção da punibilidade (TJMG - [Apelação Criminal nº 1.0114.12.008071-7/001](#), Rel. Des. Jaubert Carneiro Jaques, 6ª Câmara Criminal, j. em 4/9/2019, p. em 6/9/2019).

Superior Tribunal de Justiça

Recursos Repetitivos

Direito civil - Direito do consumidor

[Promessa de compra e venda de unidade imobiliária. Contrato anterior à Lei nº 13.786/2018. Resolução imotivada pelo promitente comprador. Devolução de valores pagos. Cláusula penal. Pedido de alteração. Sentença constitutiva. Juros de mora. Termo inicial. Trânsito em julgado. Tema 1002.](#)

Nos compromissos de compra e venda de unidades imobiliárias anteriores à Lei nº 13.786/2018, em que é pleiteada a resolução do contrato por iniciativa do promitente comprador de forma diversa da cláusula penal convencional, os juros de mora incidem a partir do trânsito em julgado da decisão.



Nos casos em que a iniciativa da rescisão do contrato parte do consumidor, sem culpa do fornecedor, ante a ausência de disciplina legal - até a edição da Lei nº 13.786 de 27/12/2018, a qual irá reger futuros contratos - não há culpa (ou mora) da incorporadora que vinha cumprindo regularmente o contrato. De acordo com o art. 32, § 2º, da Lei nº 4.591/1964, os contratos de compra e venda, promessa de venda ou cessão de unidades autônomas foram concebidos como irrevogáveis, o que deveria conferir segurança tanto ao empreendedor quanto ao adquirente da futura unidade. Apesar de irrevogável, a jurisprudência reconheceu excepcionalmente ao promissário comprador o direito (potestativo) de exigir a rescisão do contrato com devolução das parcelas pagas de forma imediata e em parcela única. No caso, ante a discordância do autor com os termos do contrato vigente, ausente previsão legal a propósito do contrato e, conseqüentemente, da cláusula penal pertinente, não há objeto certo na obrigação a ser constituída por força de decisão judicial. Não há, portanto, como reconhecer como preexistente o dever de restituir valores em desconformidade com o que fora pactuado. A pretensão é exatamente alterar a situação jurídica, com a mudança da cláusula. Dessa forma, a sentença que substitui cláusula contratual, sob esse aspecto, tem claramente natureza constitutiva, com efeito *ex nunc*, isto é, a partir da formação da nova obrigação pelo título judicial. Assim, a parte condenatória da sentença - restituição dos valores pagos após a revisão da cláusula penal - somente poderá ser liquidada após a modificação, pela decisão judicial, da cláusula questionada. Em consequência, os juros de mora relativos à restituição das parcelas pagas devem incidir a partir da data do trânsito em julgado da decisão, porquanto inexistente mora anterior do promitente vendedor.

[REsp 1.740.911-DF](#), Rel. Min. Moura Ribeiro, Rel.^a acd. Min.^a Maria Isabel Gallotti, Segunda Seção, por maioria, j. em 14/8/2019, *DJe* de 22/8/2019 (Fonte - Informativo 654 - Publicação: 13/9/2019).

Corte Especial

Direito processual penal

União estável homoafetiva. Ajuizamento de ação penal privada por companheira. Legitimidade. *Status* de cônjuge. Interpretação extensiva. Art. 3º c/c art. 24, § 1º, do CPP.

A companheira, em união estável homoafetiva reconhecida, goza do mesmo *status* de cônjuge para o processo penal, possuindo legitimidade para ajuizar a ação penal privada.

No caso, trata-se de crime de calúnia contra pessoa morta, o que aponta que os querelantes - mãe, pai, irmã e companheira em união estável da vítima falecida - são partes legítimas para ajuizar a ação penal privada, nos termos do art. 24, § 1º, do CPP. Cumpre anotar que a companheira, em união estável reconhecida, goza do mesmo *status* de cônjuge para o processo penal, podendo figurar como legítima representante da falecida. Vale ressaltar que a interpretação extensiva da norma



processual penal tem autorização expressa do art. 3º do CPP ("a lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito"). Ademais, o STF, ao apreciar o Tema 498 da Repercussão Geral, reconheceu a "inexistência de hierarquia ou diferença de qualidade jurídica entre as duas formas de constituição de um novo e autonomizado núcleo doméstico, aplicando-se à união estável entre pessoas do mesmo sexo as mesmas regras e mesmas consequências da união estável heteroaferiva" (RE 646.721, Rel. Min. Marco Aurélio, Rel. acd. Min. Roberto Barroso, Tribunal Pleno, j. em 10/5/2017, DJe de 11/9/2017).

[APn 912-RJ](#), Rel.^a Min.^a Laurita Vaz, Corte Especial, por unanimidade, j. em 7/8/2019, DJe de 22/8/2019 (Fonte - Informativo 654 - Publicação: 13/9/2019).

Este boletim é uma publicação da Gerência de Jurisprudência e Publicações Técnicas, elaborado pela Coordenação de Jurisprudência. Sugestões podem ser encaminhadas para coind@tjmg.jus.br.

Recebimento por e-mail

Para receber o Boletim de Jurisprudência por meio eletrônico, envie e-mail para cadastro-bje@lista.tjmg.jus.br, e o sistema remeterá uma mensagem de confirmação.

Edições anteriores

Clique [aqui](#) para acessar as edições anteriores do *Boletim de Jurisprudência* disponibilizadas na Biblioteca Digital do TJMG.